

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. – CELESC, REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2007, NA SEDE DA COMPANHIA.

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e sete, na sede da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, na Avenida Itamarati, 160, Itacorubi, nesta capital, com início às 9h30min, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho de Administração da Companhia, por convocação do seu Presidente, na forma do disposto no parágrafo 5º, do artigo 22, do Estatuto Social, com a presença de seus membros: Glauco José Côrte – Presidente do Conselho de Administração, Eduardo Pinho Moreira, Wadico Waldir Bucchi, Içuriti Pereira da Silva, Pedro Bittencourt Neto, Francisco Teixeira Nobre, Nilton Torres de Bastos Filho, Adermo Francisco Crispim, Arno Veiga Cugnier e Gilberto Antônio Gadotti, que assinam a presente ata, registrando-se, também, a presença de Diretores e Assessores da Companhia. Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho, Glauco José Côrte, que cumprimentou todos os presentes e, em seguida, após registrar a ausência justificada dos Conselheiros Herbert Steinberg e Lírio Albino Parisotto, passou à deliberação da seguinte Ordem do Dia: **1) Apreciação da Ata da reunião do Conselho de Administração de 17 de agosto de 2007 (Relator: Glauco José Côrte).** Colocada em discussão e votação, a ata da reunião do Conselho de Administração de 17 de agosto de 2007 foi aprovada por unanimidade. **2) Apreciação da Operação FIDC (Relator: Arnaldo Venício de Souza).** O Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. Arnaldo Venício de Souza, apresentou um histórico da referida operação, já submetida anteriormente ao Conselho de Administração, e das etapas já cumpridas, assim como um cronograma dos próximos passos, informando que a administradora do Fundo será o BANIF Banco de Investimentos (Brasil) S/A e o Banco do Brasil S/A será o custodiante, com a interveniência e anuência da CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A, sendo que toda a parte legal da referida operação foi montada pelo Escritório de Advocacia Motta Fernandes. Informou, ainda, que o prazo dessa operação será de cinco anos (60 meses), cujo valor da operação é de R\$200.000.000,00, com taxa teto *bookbuilding* – CDI + 1,30% ao ano. Depois de prestados os esclarecimentos solicitados e discussão ampla da proposta da Diretoria Executiva, foi colocada em votação, pelo Presidente, a aprovação da celebração do “Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a ser realizada com a CELESC I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS, na qualidade de cessionário, a ser representado por sua administradora, BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S/A e com o BANCO DO BRASIL S/A, na qualidade de custodiante e, ainda, com a interveniência e anuência da CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A”, no âmbito do programa de securitização da Companhia, o qual terá por objeto a cessão da totalidade dos direitos de crédito, presentes e futuros, devidos por determinados consumidores à Companhia, tendo sido aprovada por unanimidade. A aprovação inclui, mas não se limita, aos dispositivos indicados nas cláusulas Quarta (Preço de Aquisição) e Quinta (Do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos e do Valor Mensal de Entrega), assim como a submissão da Companhia à cláusula Dezesseis (Arbitramento). **3) Informações sobre as ações destinadas a reduzir o nível de inadimplência junto à Companhia (Relator: Eduardo Pinho Moreira).** O Dr. Eduardo Pinho Moreira relatou que desde agosto a Diretoria Colegiada tomou uma série de ações visando combater a inadimplência. Num primeiro momento buscou-se impedir o aumento do “estoque” de inadimplência, ação realizada por meio das Agências Regionais, cujos gerentes foram orientados, em reunião com a Diretoria, para que, no caso dos clientes do Grupo A, o

reaviso passasse a ser apresentado no primeiro dia após o vencimento da fatura, estabelecendo um prazo de mais quinze dias para a quitação do débito. Após esse prazo, os consumidores que mantiverem a sua fatura vencida terão o fornecimento de energia cortado. O Conselheiro acrescentou, ainda, que a Empresa está negociando com o objetivo principal de obter o pagamento à vista, mas que as negociações são feitas caso a caso diretamente na sede da Celesc Distribuição, geralmente implicando num pagamento inicial equivalente a 33% e o parcelamento do saldo restante em até 60 meses. Solicitado a se pronunciar, o Diretor Arnaldo Venício de Souza informou que não há mais consumidores de alta tensão inadimplentes em relação às faturas vencidas a partir de 28/08/2007, e que os que não quitaram suas contas tiveram a energia cortada, sendo que o único caso em que se tem buscado um atendimento diferenciado é o dos hospitais, em virtude da especificidade do serviço prestado por essas instituições. Informou, também, que o volume de dívidas caiu de cerca de R\$ 625 milhões em 30/06/2007 para cerca de R\$ 550 milhões em 30/09/2007, incluídos cerca de R\$ 200 milhões que se encontram em cobrança judicial e R\$ 100 milhões de débito da CASAN. Acrescentou que somente com essas medidas, houve um incremento de cerca de R\$60 milhões na receita mensal da Companhia, ao que o Diretor Comercial Carlos Alberto Martins agregou a informação de que não existe mais a possibilidade se ser feito algo diferente dessa regra em qualquer uma das Agências, porque os procedimentos foram parametrizados no sistema. O Dr. Eduardo Pinho Moreira informou também que, na próxima reunião do Conselho, a Diretoria vai fazer uma apresentação mais detalhada desse assunto. Em seguida, o Conselheiro discorreu sobre a dívida da CASAN, informando que a Companhia recebeu uma proposta firme por parte daquela Empresa de saldar sua dívida em “cash”, mediante desconto, pedindo a respeito o exame do Comitê de Assessoramento Financeiro, para que o assunto possa ser apreciado na próxima reunião deste Conselho. Por fim, o Conselheiro informou que a Empresa está estudando a possibilidade de reduzir também os prazos do Grupo B, mas que na classe Residencial tal tarefa seria muito complicada, devido ao número de consumidores ser muito alto. O Presidente Glauco José Côrte pediu ao Conselheiro Nilton Torres de Bastos Filho, Coordenador do Comitê Financeiro, prioridade na convocação de reunião para discutir o assunto Casan. Após esses esclarecimentos, o Conselheiro Arno Veiga Cugnier registrou que a negociação com a Casan é importantíssima para a Celesc, ressaltando, ainda, que estava muito satisfeito com os encaminhamentos dados pela Diretoria. O Conselheiro Francisco Teixeira Nobre também parabenizou à Diretoria pelo empenho na redução do nível de inadimplência, aproveitando a oportunidade para elogiar a confiança depositada nos Comitês de Assessoramento, oferecendo-se para participar de reunião referente ao assunto. O Conselheiro Wadico Bucchi fez questão de assinalar o progresso ocorrido nas negociações, elogiando o desempenho da Diretoria. Por fim, o Presidente Glauco José Côrte registrou o importante papel do Conselho junto à Diretoria nesse caso específico e em outros, além de reconhecer os bons frutos iniciais já alcançados. **4) Informações sobre o funcionamento dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (Relatores: Coordenadores).** Inicialmente, o Presidente esclareceu que incluiu esse item na pauta, para ouvir dos Coordenadores dos Comitês informações sobre o trabalho já realizado. Como, excepcionalmente, apenas o Coordenador do Comitê Financeiro estava presente – Conselheiro Nilton Torres de Bastos Filho – o Presidente sugeriu que esse assunto fosse tratado na próxima reunião do Conselho, sendo a sugestão aceita por todos os presentes. **5) Informações da Diretoria Colegiada sobre a contratação direta por inexigibilidade de licitação de Consultorias (relator: Eduardo Pinho Moreira).** O Conselheiro Eduardo Pinho Moreira prestou esclarecimentos acerca das contratações diretas, por inexigibilidade de licitação, das empresas de consultoria já informadas na última reunião do Conselho – Symnetics, SIGLASUL Consultores em Energia e Galeazzi & Associados – por notória especialização, já

que são reconhecidas no Setor Elétrico pelos diversos *cases* de sucesso na área. Disse, ainda, que, acompanhado do Presidente do Conselho, manteve reunião com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado e com o Procurador daquela Côrte, para apresentar a necessidade dessas contratações, sem licitação, obtendo apoio de ambos. Acrescentou que, posteriormente, acompanhado do Diretor Econômico-Financeiro, manteve reunião com diversos Conselheiros e técnicos do Tribunal de Contas do Estado, relatando as necessidades da Companhia e a modalidade de contratação, sem licitação, a ser seguida, tendo, novamente, recebido “sinal verde” para prosseguir. Assim, o Dr. Eduardo Pinho Moreira destacou que, embora a decisão de contratação das consultoras seja da Diretoria Executiva, considerava importante para a Diretoria obter o apoio político do Conselho de Administração, lembrando que as indicações do nome das empresas a serem contratadas partiram de acionistas da Empresa, preocupados com o bom funcionamento da Celesc. Ressaltou que todas as empresas foram exaustivamente sabatinadas pela Diretoria Executiva da Companhia, assim como as suas respectivas propostas, tendo merecido a aprovação do Colegiado. Assessorado pela Sra. Iliane Caparelli, o Conselheiro apresentou aos Conselheiros o objeto das contratações, conforme segue: Projeto de Consultoria Empresarial que contemple as seguintes atividades: Elaborar modelo de Planejamento Estratégico e Plano Operacional para os próximos anos; Implementar melhores práticas de gestão, a fim de obter melhores resultados econômico-financeiros, operacionais e indicadores de qualidade; Qualificar e implementar novas ferramentas de gestão (*Balanced Scorecard* – BSC e Orçamento Base Zero, que impulsionem a cultura de Gestão Profissional e Corporativa da Celesc. Feita a apresentação e diante das informações prestadas pelo Conselheiro Eduardo Pinho Moreira, os Conselheiros manifestaram-se favoráveis à continuidade do processo de contratação das consultorias, como exposto. Antes do encerramento da reunião, por solicitação do Presidente Glauco José Côrte, o Conselheiro Eduardo Pinho Moreira e o Diretor Eduardo Carvalho Sitônio fizeram uma breve explanação sobre a situação do fornecimento de energia para a ilha de Santa Catarina e das providências que estão sendo tomadas pela Companhia. E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, com a lavratura da presente ata, que foi lida e aprovada, sendo assinada por todos os Conselheiros presentes. Ata processada por meio eletrônico. Florianópolis, 15 de outubro de 2007.

Wadico Waldir Bucchi
Secretário “ad hoc”

Glauco José Côrte
Presidente